



Câmara Municipal de Portalegre

Ata Nº29

Aos dezassete dias do mês de dezembro de dois mil e doze, nesta cidade de Portalegre e na sala de reuniões do edifício dos Paços do Concelho, compareceram: Maria Adelaide Franco Lebreiro de Aguiar Marques Teixeira, Presidente da Câmara Municipal de Portalegre, Ana Cristina Carrilho Manteiga, Nuno Miguel Carrilho Santana, José Manuel Reboredo Pinto Leite, Paula de Fátima Leitão Alegre, João Manuel Ribeiro Batista Realinho e Hugo Chichorro e Silva Capote, na qualidade de Vereadores, para realizarem a reunião extraordinária de Câmara. -----

Estiveram presentes os seguintes dirigentes e trabalhadores: José Manuel Figueiredo Gandum, Chefe de Divisão Financeira, Maria Ester Sequeira, Técnica Superior, António André Joaquim Oliveira, Chefe de Gabinete, Maria João Tavares, Chefe da Divisão de Recursos Humanos, Formação e Apoio Jurídico coadjuvada pela Assistente Técnica, Susana Martins. -----

HORA DE ABERTURA: Pelas 16,00 horas, foi declarada aberta a reunião, durante a qual foram tratados os seguintes assuntos: -----

A – GABINETE DE APOIO AO PRESIDENTE DA CÂMARA

1727 – Presente proposta do Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2013 e Mapa de Pessoal para 2013. -----

A **Senhora Presidente** referiu que o Orçamento para 2013 foi um orçamento difícil de fazer considerando as limitações impostas pelo endividamento do Município, e devido à crise que afecta toda a economia a nível nacional que se reflete nas receitas, taxas e impostos. O Orçamento do Município de Portalegre tem sido reduzido ao longo dos tempos, tendo 4.700 mil euros de receita. No entanto têm-se conseguido reduzir a dívida no montante de 5.700 mil euros. A não adesão ao PAEL traz a necessidade de se fazer maior contenção e reequilíbrio, e fazer uma gestão mais eficaz. -----

O Dr. **José Manuel Gandum** fez uma breve explicação da proposta de orçamento. -----

O **Vereador Pinto Leite** disse que são conhecidos os resultados dos orçamentos da Câmara de Portalegre dos mandatos anteriores – uma dívida colossal que asfixia a Câmara e prejudica a cidade. -----

Os Vereadores eleitos pelo PS quiseram impor desde 2010 uma política orçamental diferente que pudesse inverter a situação. Mercê de alguma colaboração inicial com



Câmara Municipal de Portalegre

a CDU, foi possível travar o desvario extremo, sendo exemplos a mega escola, o parque eólico ou o reptilário. -----

No primeiro ano o orçamento foi viabilizado neste pressuposto – política orçamental prudente, com contenção de despesa corrente, investimento comedido em pequenas actividades com juntas de freguesia, associações e dinamização da micro economia, honrando ao mesmo tempo os compromissos anteriores, para começar a recompor a situação financeira da Câmara Municipal, sem matar a economia. Era necessária coragem, não só para travar os novos projectos megalómanos mas também para parar o que ainda tivesse retorno. Aqui não foi possível, pois tudo o que estava decidido de trás continuou, apesar dos apelos dos vereadores eleitos pelo PS (via de meia encosta, investimento descontrolado na Fundação Robinson). -----

Pior foi a incapacidade de executar o orçamento, que continuou efectivamente deficitário, continuando a aumentar a dívida, uma vez que nem no valor das amortizações descia. -----

Perante isto os vereadores eleitos pelo PS votaram contra o orçamento de 2011 e 2012, não só pelo documento em si, que era muito mau para o concelho, mas também pela incapacidade de o gerir. -----

E sempre avisaram que o orçamento era elevado de mais, pelo que na execução a Presidente da Câmara podia sempre optar pelo que queria e deixava para trás o importante, o que desvirtuava as apostas iniciais. -----

E na prática a dívida foi subindo, uma vez que não se pagava a dívida vencida, em favor de novas despesas não escrutinadas no dia a dia pela oposição. -----

Nestas condições é uma vez mais impossível, e este ano com motivos agravados, dar cobertura a este documento porque:

- a) Não é credível, com uma receita de 18M€ em 2012 como se espera arrecadar 23,5M€ em 2013?. A arrecadação de receita de 3M€ em venda de imóveis é fantasiosa. -----
- b) Prevê transferências para a Fundação Robinson que serão imediatamente alvo de sanção pelo Governo ao abrigo do artigo 13º da Lei do orçamento de estado. Ou seja o que transfere é retirado nas transferências do Estado, pagando assim a Câmara a dobrar, o que o orçamento não contempla. -----
- c) Não prevê qualquer acção para a política de reabilitação urbana aprovada pela Câmara e Assembleia Municipal, omitindo as obrigações decorrentes dessa aprovação, designadamente em publicitação e esclarecimento aos privados, prejudicando gravemente a economia local. Em paralelo prevê um



Câmara Municipal de Portalegre

prémio para um concurso de regeneração urbana, iniciativa que se saúda, mas com recurso a outras fontes, que não a subtração de verba ao essencial já aprovado. -----

- d) Transfere a política cultural e apoio às respectivas associações para a Fundação Robinson, sem que tal política tenha sido aprovada pelo executivo. Nem é seguro que a Fundação tenha meios para compartilhar as associações. Pelo contrário vai contrair dívida que fica escondida, para mais tarde a Câmara pagar, ou pior, ficar sem o património, uma vez que rapidamente a Fundação será accionada pelos credores. -----

O **Vereador João Realinho** solicitou alguns esclarecimentos referentes aos valores apresentados no PROHABITA. -----

O **Vereador Hugo Capote** solicitou esclarecimentos referentes à venda da quinta da Saúde e do IMI. -----

O **Vereador João Realinho** referiu que em relação à Fundação Robinson, está previsto uma transferência no valor de 612.500.00€ para o ano 2013, e que na lei do Orçamento do Estado prevê uma redução de transferências de verbas para os Municípios caso os mesmos decidam manter as Fundações, questionou se esta previsão da Lei do orçamento do Estado foi equacionada na elaboração do Orçamento para 2013 da Câmara Municipal? Questionou a Senhora presidente, se está consciente das dificuldades acrescida que irá implicar pela própria força da Lei do Orçamento do Estado que decide um corte à cabeça da igual quantia transferida para a Fundação Robinson? -----

A **Senhora Presidente** respondeu que o corte só terá lugar se o Ministro das Finanças não autorizar a transferência. -----

O **Vereador João Realinho** perguntou se os cortes nas transferências do orçamento do Estado serão feitos no ano presente ou no ano seguinte? Se for feito no presente ano vai obrigar a um corte na receita. Não sabe se a Lei das Fundações será para durar, se o próprio orçamento para 2014 contemplará uma norma semelhante, o que é facto é que daqui a 2 ou 3 anos haverá uma redução brutal das transferências do orçamento do Estado para o Município de Portalegre. Interessa saber se para o ano de 2013 haverá uma redução do financiamento na ordem de 1.200.000.00€. Em relação às Grandes Opções do Plano o Vereador João Realinho disse, que quando se refere o grande esforço financeiro feito por parte do Município de Portalegre na redução da dívida devido à não adesão ao PAEL, é necessário fazer uma pequena correcção referindo que não foi devido ao chumbo do mesmo que ficou comprometido o esforço e o trabalho de consolidação. O que comprometeu o esforço e o trabalho de



Câmara Municipal de Portalegre

consolidação foi a alteração dos critérios introduzidos pela DGAL por indicação da tutela, que colocaram em causa o trabalho que estava a ser desenvolvido. Considerando as GOP um documento importante que acompanham o Orçamento, tirando a parte introdutória e os quadros, referiu que um terço do que é a estratégia do Município de Portalegre se define como um relatório de actividades do que é a Fundação Robinson. É da opinião que o que está reflectido nas GOP é uma intenção genérica, que numa situação ou noutra até pode concordar. Considera 5 aspectos fundamentais; primeiro existe uma ausência de estratégia clara e articulada que resultam em omissões e inversões de propriedades que deviam de ser revistas. Outra, ausência de estratégia orientadora de políticas autárquicas que fossem geradoras de condições para o território e para as populações. Não existe uma referência às questões do desemprego e do desenvolvimento local; não há referência às questões da criação de emprego; não há estratégia integrada de potencialização dos recursos endógenos, existe sim um repetido de generalidades inconsequentes que em nada contribuem para aliviar a situação a que o Concelho chegou. Da análise das GOP não há uma estratégia, há apenas medidas avulsas, com um texto idêntico ao do ano passado e de há dois anos e três anos atrás. São esquecidas questões fundamentais para as populações e para o território. Trata-se de um documento orientador da política e da estratégia autárquica, um terço das GOP apresentadas refere-se à descrição das actividades da Fundação Robinson. -----

O **Vereador Hugo Capote** disse que a discussão do orçamento baseia-se em questões técnicas e contabilísticas. Considera, o que já aconteceu noutros anos, que deveriam centrar a discussão mais nas GOP, documento que define toda a estratégia autárquica. As GOP são um plano de actividades da Câmara Municipal para o ano de 2013. Este ano o documento é um pouco diferente dos anos anteriores, sendo mais graves mas mais esclarecedor, porque um terço do documento, da estratégia política para o Concelho para 2013 se refere à Fundação Robinson. Acha que é dada mais importância à cultura do que à saúde, referindo-se apenas à extensão do centro de Saúde da Urra. As GOP na sua opinião, esclarecerem qual a posição do PSD local em relação à gestão autárquica, isto é, alienar uma série de competências da Câmara Municipal, nomeadamente em áreas que considera ser fundamentais. Dando como exemplo; que quem vai determinar a actividade cultural da Câmara Municipal, quem vai fazer o plano de actividades para 2013 são os serviços culturais, recreativos e religiosos esta referência demonstra tudo. Num ano que não há praticamente nada para fazer, a cultura não merece um capítulo de destaque. A CDU é totalmente contra a gestão cultural da Autarquia ser transferida para a Fundação Robinson,



objectivo esse que nunca esteve nos princípios da Fundação Robinson. Foi criada para gerir o espaço Robinson e assim ser dinamizadora da actividade cultural. Referiu que não existe uma referência uma única vez à palavra emprego. Acha que é um problema do Governo Central como é a fundação Robinson que criou o imbróglio onde a Câmara Municipal está metida. Não existe referência ao Parque Natural da Serra de S. Mamede. Sendo este documento o plano de actividades da Câmara Municipal, onde devem estar plasmados as opções ideológicas que não estão noutros documentos. Considera que fica demonstrado, que quem pode alienar a gestão, intervenção e a política cultural do Concelho, também pode alienar a desportiva, os serviços municipalizados, pode "vender" esses serviços a empresas privadas. É uma opção errada porque afasta dos Municípios a gestão daquilo que é deles, porque cria mais um travão naquilo que é a participação. Não existe política de orçamento participativo porque os Municípios, os agentes, as associações não são chamados a participar, a definir aquilo que é a sua política. Enquanto a Fundação Robinson teve os iluminados, nunca conseguiu congregiar as associações à sua volta. A Fundação precisou das Associações para se candidatar aos fundos, mas nunca conseguiu trabalhar com as mesmas. Apenas um elemento sabe tudo, as que estão diariamente no terreno não sabem nada. E isso, disse, está reflectido no documento apresentado. Conclui, que do ponto de vista político as Grandes Opções do Plano apresentadas são inaceitáveis. Relativamente ao orçamento, disse que foi um exercício difícil e dificilmente se conseguirá fazer melhor. O orçamento municipal resulta da aprovação pelo Executivo Camarário, com base na proposta de quem tem a gestão, que será posteriormente presente à Assembleia Municipal. O Orçamento cabimenta e orçamenta as GOP, que estão frontalmente contra o plano de actividades apresentado para 2013. -----

A **Senhora Presidente** referiu que foi um orçamento muito complicado de fazer. Quando se fala na Fundação Robinson, foi uma maneira de ajudar as próprias Associações uma vez que foi necessário fazer vários cortes em algumas áreas. Foi a única forma que se encontrou para viabilizar toda a parte cultural, "transferindo" algumas actividades para a Fundação Robinson. Esclareceu que não delegou as competências todas na Fundação Robinson, existem os responsáveis dos equipamentos culturais e foram realizadas reuniões com as Associações Culturais que assumem algumas actividades. Considera que os espaços devem ser preservados, sem elitismos e é nesse sentido que a Câmara Municipal e a Fundação Robinson estão a trabalhar em conjunto com as Associações. São as próprias Associações a delinear o programa cultural. Relativamente às GOP dá razão ao Vereador Hugo Capote



Câmara Municipal de Portalegre

referindo que a saúde e o desemprego são duas situações que a preocupam muito., não estando plasmada nas GOP mas fazem parte da estratégia da Câmara Municipal. Acrescentando que a educação e a cultura também são uma preocupação. Referiu que a cultura tem de ter uma componente educativa e esse trabalho está a ser feito em conjunto com as Associações. -----

O **Vereador João Realinho** considerou que os documentos são mais desenvolvidos consoante a arte e o engenho a quem a Senhora Presidente os encomendou. -----

A **Vereadora Paula Alegre** acrescentou, que em relação às Grandes Opções do Plano foi esquecido o emprego, a saúde, acção social, ficando esta área na base da caridade das superfícies. Relativamente à educação, referiu que não percebe o que irá ser feito na parte da educação relacionado com a cultura e as Associações. -----

A **Senhora Presidente** esclareceu que a taxa de execução do orçamento de 2012 foi de aproximadamente de 80% e que foram pagos a todos os fornecedores de Portalegre, mesmo sem PAEL. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou por maioria com os votos contra os Vereadores Pinto Leite, Paula Alegre, João Realinho e Hugo Capote não aprovar o Orçamento, as Grandes Opções do Plano para 2013 e o Mapa de Pessoal para 2013. -----

DECLARAÇÃO DE VOTO DO VEREADOR HUGO CAPOTE

"Estamos a chegar ao fim de um período de 12 anos de governação do PSD, divididos em 3 mandatos, um de maioria absoluta e 2 de maioria relativa. Desses 12 anos, 10 anos foram geridos por um Presidente - Eng. Mata Cáceres e 2 anos, precisamente os últimos, liderados pela Dra. Adelaide Teixeira.

Desde logo, na profunda análise que a CDU levou a cabo, fica evidente a diferença entre os mandatos de maioria relativa e o mandato de maioria absoluta, confirmando-se o que sempre dissemos, que em Portalegre, os executivos camarários pluripartidários sempre corresponderam mais às necessidades e expectativas dos munícipes portalegrenses, traduzindo-se em mandatos mais equilibrados, quer financeira quer politicamente, pelo que conseguiram congregar de várias sensibilidades políticas e da reunião de diversos contributos.

Recordamos os mandatos em que Casimiro Menezes, Adriano Capote e Luís Pargana tiveram responsabilidades executivas, contribuindo de forma muito positiva, como de resto é unanimemente considerado, para o desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida dos portalegrenses.



Este período de 12 anos e 3 mandatos, merece uma séria e ponderada reflexão. A CDU considera que o 1o mandato do Eng. Cáceres foi globalmente positivo, tendo sido marcado pelo lançamento de várias obras, nomeadamente a requalificação do actual edifício camarário e o CAEP, pelo lançamento do programa Polis, e pela criação de uma organização camarária capaz de responder às exigências de uma câmara mais moderna.

Não podemos deixar de referir o trabalho do vereador da CDU na cultura, promovendo um dinamismo cultural de há muito arredado do nosso concelho, fruto de uma profunda ligação aos nossos agentes culturais e de uma visão de cultura transversal, abrangente e assente naqueles que a fazem no terreno e não nos teóricos de pacotilha dos bancos da universidade.

Estivemos na criação de uma estrutura que considerámos, e ainda consideramos, embora ferida de morte pelas incongruências e guerrilhas entre o PS e o PSD, um instrumento para reforçar a actividade cultural portalegrense e dinamizar um espaço urbanístico desapropriado da vivência da cidade.

Referimo-nos à Fundação Robinson.

O 2o mandato fica marcado pela megalomania e total descontrolo das contas camarárias, fruto de uma maioria absolutíssima em que o controlo democrático e a fiscalização da actividade camarária não foi exercida, como noutros mandatos tinha sido.

Repetiram-se orçamentos de quase 50 milhões de euros, resultado da hiperbolização de receitas que nunca se confirmaram mas criando uma estrutura de despesas correspondente em valores.

O resultado foi um profundo desequilíbrio financeiro que nos empurrou para um plano de saneamento financeiro desde 2008, e que agora nos condena a pedir migalhas ao governo central a condições usurárias sob a forma de um qualquer PAEL, que felizmente foi chumbado pela oposição.

Como resultado desse profundo desequilíbrio financeiro, o Eng. Mata Cáceres atirou a autarquia para um PDM que desregulou o território, facilitando a especulação imobiliária, na ânsia de realização de verbas extra para compensar as despesas fixas.

Desvirtuou-se a ideia original da Fundação Robinson transformando-a numa estrutura elitista, que não beneficiou a economia local e nunca conseguiu congregiar os agentes locais em torno do projecto que defendia.

O último mandato caracteriza-se pela derrocada final do projecto que o Eng. Mata Cáceres teria para Portalegre.



Câmara Municipal de Portalegre

As dívidas acumularam-se e parte das estruturas construídas na cidade não são passíveis de ser mantidas porque a Câmara não tem verbas para tal nem capacidade para mobilizar outros que o conseguissem.

Enquanto se construía uma zona industrial megalómana, encerravam duas das mais emblemáticas empresas industriais do nosso concelho - a Robinson e a Lanifícios.

A estratégia do "quanto mais melhor" e da "fuga para a frente", exemplificadas superiormente no "caso ICTVR", tinha chegado ao fim, muito por força da oposição PS e CDU que em várias questões travaram o descabro, e damos apenas como exemplo a questão da megaescola que seria construída nos terrenos do actual estádio.

A percepção que o descabro financeiro era ainda pior do que já parecia e que as condições políticas tinham definitivamente mudado, precipitaram a fuga do Sr. Presidente da Câmara Mata Cáceres, deixando um presente envenenado à sua Vice-presidente.

E eis-nos chegados a este triste epílogo:

Sem dinheiro, sem soluções e sem estratégia.

Mas a culpa não é só das gestões autárquicas.

Os governos PS e PSD nunca cumpriram a Lei das Finanças Locais e nunca discriminaram positivamente os concelhos do interior, tornando vazios conceitos como a solidariedade inter-regional e a redistribuição da riqueza nacional, criando um país a duas velocidades.

Permitiram-se rasgar leis a "meio do campeonato", redefinindo limites de endividamento que nos prejudicaram gravemente, e não cumprir outras que os próprios tinham emanado.

Desde 2007 até hoje o município de Portalegre recebe menos 5 milhões de euros de receitas, mas em igual período de tempo, e segundo a própria informação que nos é prestada pelos serviços da autarquia, esta reduziu a dívida municipal em pouco mais de 5 milhões.

É óbvio que este esforço tem consequências no concelho, como o afirmam as associações culturais e desportivas, e sentem as juntas de freguesia; como é facilmente perceptível pelas queixas dos munícipes sobre a limpeza da cidade; como todos nós comprovamos na incapacidade da autarquia manter em condições os seus próprios edifícios e estruturas como o Castelo, os muros da Barbacã e o antigo edifício da Câmara, que aguarda o dia em que desabe e se torne capa de jornais e notícia de abertura das televisões para que se consigam reunir vontades e verbas para o recuperar.



Câmara Municipal de Portalegre

Quem pode afirmar que tem como bandeira a regeneração urbana e não ter conseguido recuperar o edifício da loja do Sr. Ribeiro, em plena Rua Direita - ex libris do nosso comércio tradicional, e que faleceu sem ter conseguido voltar para a loja onde trabalhou durante décadas?

Para o ano, passam 10 anos que este edifício se encontra ruído em plena rua comercial...

De regeneração urbana estamos falados.

O Orçamento que nos é apresentado cabimenta as grandes opções do plano da autarquia para o ano de 2013.

E, pela primeira vez temos muito bem definido o que esta gestão PSD pensa e quer fazer em muitas áreas.

A exemplo do que o Governo PSD/CDS tem afirmado sobre as funções do estado, ficam bem claras algumas das opções que esta gestão camarária pretende.

Não me pretendendo alongar, mas não posso deixar de referir algumas passagens das GOP que nos merecem uma frontal discordância.

Nomear a actividade cultural como "serviços culturais, recreativos e religiosos", diz tudo da concepção de cultura que o PSD tem.

E quando lemos o que vem proposto, e somamos a recentes entrevistas em jornais locais do novo CA da Fundação Robinson, entendemos que, para o PSD, o agente cultural do concelho de Portalegre é a própria Fundação e o seu mentor o Prof. Camões Gouveia - o tal que em 2008 afirmava que era contra "os localismos", referindo-se o mesmo ao Semeador, Rancho da Boavista, Euterpe, Orfeão, etc.

A CDU está frontalmente contra a alienação de competências camarárias, principalmente no que diz respeito à definição da política de intervenção cultural do concelho.

A cultura é feita por e com quem está no terreno e não por teóricos.

Mas nem toda a oposição é igual.

A CDU tem um entendimento da democracia que nasceu do 25 de Abril substancialmente diferente de outras forças políticas que já colocaram essa data na gaveta, ao lado do socialismo.

Os executivos camarários são pluripartidários, compostos por diferentes forças políticas, e a proposta de orçamento e de GOP que segue para a Assembleia Municipal, seguindo a letra da lei, nasce da contribuição de todas estas forças.

Não é fruto de um só partido.

Assim como o entendimento que se faz do exercício do poder.



Câmara Municipal de Portalegre

Quantos pelouros ofereceu o PS a outras forças políticas na câmara de Portalegre, enquanto foi poder autárquico?

E quantas vezes esteve em maioria absoluta?

Nem uma vez!

Mas a soberba política do "nosso" PS é por demais conhecida e prejudicial para o nosso concelho. Lembremos-nos da gestão de Rui Simplício, agora restaurado do museu das velharias do PS portalegrense, e agradeçamos-lhe a sua visão e capacidade de fixação de investimentos.... em Castelo Branco e a extraordinária gestão de Amílcar Santos que lhe valeu o facto de ter sido o primeiro presidente de câmara a perder uma eleição ao fim de um mandato.

A CDU é uma força política diferente e com uma proposta alternativa às do costume. E seremos poder quando os portalegrenses o queiram, pois para tal estamos preparados.

Não fazemos oposição por oposição.

Entendemos o exercício da gestão autárquica como sendo o reflexo de todas as diferentes forças que compõem os órgãos autárquicos.

E conseqüentemente, sempre participámos e tomámos partido em todos os documentos propostos, viabilizando de forma responsável os últimos orçamentos e a respectivas GOP.

Mas não podemos pactuar com este plano de actividades proposto para 2013, precisamente pelo atrás exposto.

Como tal, não tivemos outra alternativa se não chumbar esta proposta orçamental."

1728 – Ofício dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da Câmara Municipal de Portalegre de 13 de dezembro de 2012, a remeter Mapa de Pessoal e Reorganização – Serviços Municipalizados – 2013. - -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar o Mapa de Pessoal para 2013 e a Reorganização dos serviços e remeter à **Assembleia Municipal** nos termos da al. a) do n.º 6 do Art. 64.º e da al. B) do n.º 2 do Art. 53.º da Lei n.º 169/99, 18 de Setembro na sua actual redacção-----

1729 - Ofício dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da Câmara Municipal de Portalegre de 13 de dezembro de 2012 a remeter proposta da constituição do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados. -----



Câmara Municipal de Portalegre

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou por unanimidade nomear a Vereadora Ana Manteiga como Presidente do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados e os Vereadores João Realinho e Hugo Capote como vogais com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2013, nos termos do n.º 2 do Art. 12 da lei n.º 50/2012, de 31 agosto e para efeitos do n.º 6 do art. 70 da Lei 50/2012, de 31 de agosto. -----

1730 – Informação DEP n.º.4410, de 12 de dezembro de 2012, a propor a aprovação do Plano de Segurança e Saúde da Empreitada de Remodelação/Ampliação da Escola da Praceta dos Lusíadas, de acordo com o estipulado no n.º 1 do artº 12º do Dec-Lei 273/03 de 29 de Outubro. -----

A **Senhora Presidente** informou que irá ser assinado o auto de consignação, amanhã, dia 18, pelas 10h00.-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou por unanimidade, aprovar o Plano de Segurança e Saúde da Empreitada de Remodelação/Ampliação da Escola da Praceta dos Lusíadas, nos termos da informação n.º 4410, de 12 de dezembro de 2012. -----

1731 – Proposta da Senhora Presidente para alteração dos Estatutos da Fundação Robinson em cumprimento da Lei Quadro das Fundações. -----

A Dra. **Maria João Tavares** explicou as alterações efectuados aos Estatutos da Fundação Robinson foram impostos pela Lei-quadro das Fundações. Foram solicitados esclarecimentos a diferentes entidades, como a Associação nacional de Municípios, CCDRA aguardam-se os pareceres. -----

O **Vereador Hugo Capote** referiu que tomou conhecimento da alteração dos estatutos hoje e que não está em condições de os poder aprovar. -----

A **Vereadora Paula Alegre** referiu que para se perceber melhor as alterações propostas, deveria ter sido remetido um documento que identificasse as alterações feitas. -----

O **Vereador Pinto Lelte** é da opinião que se devia esperar e adaptar a Fundação aquilo que se quer. O trabalho foi encomendado pela Senhora Presidente, mantendo praticamente tudo como esta e retirar tudo que contrariasse a Lei Quadro. Considera que não é necessário aprovar o documento hoje, por imposição do prazo estabelecido de 13 de janeiro de 2013. -----

A **Vereadora Paula Alegre** referiu que a ideia que estava a ser passada era o que decorre da Lei era intocável. Considera que a passagem de 3 para 5 elementos para



fazerem parte do Conselho de Administração da Fundação Robinson era facilmente justificável, com o princípio que foi criado para a manutenção dos três elementos que é normal estarem representadas no Executivo. Acha que, para a Fundação Robinson era melhor que o Conselho de Administração acompanhasse o Executivo em funções. Mas o mesmo foi alterado. Continua com dúvidas por que razão o Conselho Directivo não pode nas votações recorrer à abstenção. -----

O Dr. **Luís Esteves** referiu que a Lei não é intocável mas considera que tem de se aproximar. Solicitaram parecer em relação a tudo. Os estatutos estão para análise.

A **Senhora Presidente** questionou se a não aprovação do Estatutos adaptados não coloca em causa o reconhecimento da utilidade pública? -----

O Dr. **Luís Esteves** esclareceu que a Presidência do Conselho de Ministros informou que não faz sentido o pedido, porque se é uma Fundação pública não precisa de ter estatuto de utilidade pública. -----

O **Vereador Nuno Santana** questionou se a lei das Fundações coloca em causa a autonomia financeira uma vez que o Vereador Pinto Lei defende que os assuntos da Fundação Robinson devem ser presentes a deliberação do Executivo Camarário e Assembleia Municipal. -----

O Dr. **Luís Esteves** respondeu que a Câmara Municipal com os novos estatutos terá uma maior tutela sobre a Fundação Robinson. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou por unanimidade retirar o assunto para melhor análise. - -----

1732 – Informação n.º 4447 do Departamento de Administração Geral e Finanças de 13 de dezembro de 2012 a remeter informação relativo à repartição de encargos em mais de um ano económico. - -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou por unanimidade retirar o assunto para acompanhar informação que irá fazer parte do orçamento.-----

ENCERRAMENTO:

1733 - A presente ata, foi aprovada em minuta. Pela Presidente foi encerrada a reunião, eram 20.30 horas, tendo, da mesma, sido lavrada a presente ata, a qual vai ser assinada pela Presidente e por mim, Maria João Tavares Chefe de Divisão de Recursos Humanos, Formação e Apoio Jurídico, que a redigi e subscrevo. -----